

## NARRATIVA DE VIDA E JORNALISMO<sup>1</sup>

*Marcus Antonio Assis Lima*

**Resumo:** Em um mundo de explosão da intimidade e multiplicidade de subjetividades, “a representação do eu na vida midiática” passa a ser um imperativo. Nesse sentido, ser capaz de criar narrativas de vida e do mundo passa a ser questão de sobrevivência, em um mundo cada vez mais cruel e impessoal, por incrível que possa parecer. Assim, neste artigo, iremos desenvolver o conceito de Voz, em um primeiro momento, para, a seguir, tentarmos pensar maneiras metodológicas de lidar com o conceito e suas materializações no discurso jornalístico.

**Palavras-chave:** Discurso; Semiologia; Identidade; Voz.

Por que “narrativa de vida”? Essa pergunta exige duas respostas, faces da mesma moeda. Em uma, qual a importância da narrativa de vida para/no jornalismo? A outra face vai revelar a opção pelo sintagma “narrativa de vida”.

É lugar comum dizer que o jornalismo está em crise; na verdade, desde os anos 1980, ele está em crise: a cada época, um novo tornado devasta as salas de redação: censura, falta de papel, falta de leitores, novas tecnologias, migração de leitores... A crise, agora, é de credibilidade, coisa gravíssima!

---

<sup>1</sup> Versão revista e ampliada da conferência de abertura do Seminário de Inverno de Pesquisa em Comunicação (POSJOR/UEPG, de 15 a 17/06/2015).

Com a popularização das novas tecnologias de comunicação e a expansão das redes sociais virtuais, a pró-atividade dos “receptores” pode concretizar-se e, entre outras inúmeras alterações, possibilitou uma inflação do ego, uma explosão de subjetividades, agora aparentemente desconectadas de sentimentos de pertencimento: cada qual com sua opinião arraigada, imemorial - embora totalmente decalcada de outras localizações na rede, em um processo taylorista de (re)produção de comentários, opiniões, boatos, diz-que-diz.

A explosão das redes sociais virtuais e as novíssimas sociabilidades que emergem parecem-me nitidamente marcadas pelo desejo de uma “narrativa de vida”. Desejo antigo, estabelecido nos primórdios da socialização dos hominídeos, 'contar histórias' (storytelling) parece ser uma tática evolutiva (GOTTSCHALL, 2012), e faz parte da própria organização da memória. Estamos sempre contando a nossa história de vida, sejam os últimos cinco minutos em que um pitbull avançou em minha direção, seja toda minha linhagem desde um antepassado nativo caçado no laço pra trabalhar na plantação. Não por menos, a rede social virtual mais acessada, o *Facebook*, é organizada em uma “linha do tempo (timeline)”. E enchemos nosso diário com um pensamento bonitinho, a corrida matinal, o almoço saudável, os melhores amigos, a família mais linda. Essa excessiva publicização da vida privada, antes reservado para as celebridades, a necessidade de mostrar a “região de fachada” (GOFFMAN, 1985) constantemente, inexoravelmente exige uma ficcionalização.

Para abordarmos esse tema, narrativa de vida e jornalismo, iremos dividir este artigo em dois momentos e quatro partes: um momento teórico, com algumas questões filosóficas e sociológicas sobre a narrativa de vida; outro momento, metodológico, com algumas impressões/propostas para como analisar essas narrativas de vida, quando surgem como táticas jornalísticas.

Antes, preciso fazer uma distinção: o que estamos chamando de narrativa de vida ou “Voz”, como comentaremos mais a frente, não se confundem com outras narrativas jornalísticas (ou expansões do jornalismo, como os romances-reportagens) tais como os

perfis, as histórias de vida ou as biografias (sendo apenas o primeiro um gênero estritamente jornalístico, segundo Edvaldo Pereira Lima, para quem os perfis “são uma espécie de história de vida cuja proposta é desenhar o retrato de um momento selecionado, atual do(s) protagonista(s)” (Lima, 2002, negritos no original). Com esse preâmbulo, podemos introduzir o conceito de “Voz” como a “capacidade humana de criar narrativas de si e do mundo”, proposto pelo professor Nick Couldry (2010; para uma resenha, veja LIMA, 2012). Percebemos que, no senso comum, podemos distinguir dois sentidos para o termo ‘voz’: primeiro, o utilizamos no sentido do som de uma pessoa falando; entretanto, mesmo que o aspecto sonoro da voz possa instigar questões importantes (CAVARERO, 2005), esse uso não captura a variedade de formas, não necessariamente envolvendo som, em que as pessoas podem criar uma narrativa de vida. Segundo, quando nos referimos ao aspecto político do uso do termo, costumamos equacionar a voz como a expressão da opinião ou, mais genericamente, a expressão de pontos de vista distintivos sobre o mundo que precisam ser reconhecidos. Esse uso político do termo “voz” continua a ser útil em situações onde o termo tem sido mais frequentemente explorado, por exemplo, na expressão “dar a voz” que, a nosso ver, começa a se tornar banal – afinal, todos têm o direito a “ter voz”, todos nós celebramos o “direito à voz”, a mídia engloba a “diversidade de vozes” etc. -, mas, corremos o risco de deixarmos essa banalidade corromper nossa própria voz. Entretanto, o termo “voz” não deriva de uma visão em particular dos processos econômicos (a voz do consumidor, por exemplo) nem mesmo de mecanismo políticos de representação (a voz política), mas de um conjunto mais amplo que leva em conta como os seres humanos são.

Então, devemos dividir o conceito em dois níveis: “voz como processo” e “voz como valor” (COULDRY, 2010). Por “voz como valor”, iremos nos referir não apenas ao ato de valorizar, mas, e especialmente, à possibilidade de se poder decidir sobre como operar essa valorização nos quadros contemporâneos de organização da vida humana. Dar valor à voz, então, envolve uma atenção especial às condições nas quais a “voz como processo” se torna efetiva, e como formas mais amplas de organização podem sutilmente

asfixiar ou desvalorizar a voz como processo. Por “voz como processo”, queremos demonstrar o processo de dar significado à vida de alguém e a suas condições: aquilo que Judith Butler (2005) chama de “relatar a si mesmo”, o que significa contar uma história, prover uma narrativa. Por isso que negar valor à capacidade de alguém em criar narrativas – negar seu potencial para voz – significa negar uma dimensão básica da natureza humana.

## **Momento 1: proposta teórica**

### **Uma filosofia da voz<sup>2</sup>**

Para Adriana Cavarero, estamos todos imbuídos no desejo por nossa própria história de vida e, por isso mesmo, ela nos alerta que “a história da vida de alguém sempre começa quando a vida desse alguém inicia” (CAVARERO, 2000, p. 11). Entretanto, como ela demonstra, mesmo antes do nascimento, quando se escolhe o nome da futura criança, a história de vida de alguém começa a ser narrada. E esse nome, então, marcará, ao longo da trajetória biográfica dessa nova vida, a exclusividade desse ser, “um ser único que não possui nenhuma qualidade nesse princípio, mas que, entretanto, possui já um nome” (CAVARERO, 2000, p. 19).

Desse modo, nessa aparição ao mundo e ao outro, qualquer indivíduo começa a carregar atrás de si uma história de vida, pois, “justamente porque ela é exibida [a existência], ela é narrável (CAVARERO, 2000, p. 33). História essa que não dependerá de um texto, posto que “a História é uma série de ações, não um texto” (CAVARERO, 2000, p. 28), mas da memória, que está sempre narrando, em um monólogo interior, uma narrativa de vida que permite a esse indivíduo reconhecer nela uma existência que é única, particular. Mas essa história de vida só se materializa porque o indivíduo, desde seu batismo, é mostrado, e se mostra, ao mundo. Seguindo Hannah Arendt, Cavarero defende que a história de vida de alguém não tem, necessariamente, um narrador, pois, ela depende não de

---

<sup>2</sup> Fazemos alusão ao trabalho de título semelhante publicado nesta mesma edição da Fólio.

um texto que a reconta, mas de suas próprias ações. Ou seja, quem eu sou o sou pelo que faço, não pelo que narro de mim mesmo.

Mais ainda, quem alguém é “é dito pela narração de sua história” (CAVARERO, 2000, p. 12). Assim, como qualquer história, a história de vida de alguém não tem um narrador, “ela simplesmente resulta das próprias ações” e, nas narrativas-de-si, quem a narra “não é o autor, ele é, entretanto, o protagonista” (CAVARERO, 2000, p. 24). Isso porque, segundo ela, a diferença fundamental entre ação e narração repousa no poder revelador da ação, que expira no momento de sua ocorrência, enquanto a história conserva a identidade de alguém no tempo. Por isso, “a história está subordinada à ação reveladora. Uma história pode ser contada porque antes houve um ator no palco da vida” (CAVARERO, 2000, p. 28). Assim, nascimento, ação e narrativa tornam-se a cena para uma identidade que sempre postula a presença do outro.

Dessa forma, se para a filósofa, toda história de vida pode se tornar uma narrativa de vida, mesmo que apenas na obscuridade da memória, toda identidade tem a potencialidade para virar uma narrativa. Por isso mesmo Cavarero prefere denominar essa identidade que pode vir a se tornar uma narrativa de “eu narrável” e não de “eu narrado”, seja em uma biografia, seja em uma autobiografia, pois, “o eu narrável encontra sua moradia não meramente no exercício consciente da lembrança, mas na estrutura espontânea da memória (CAVARERO, 2000, p. 34). Então, na experiência pessoal, o eu narrável é o assunto transcendental e o objeto ilusório de todo o exercício autobiográfico da memória. Cada um de nós vive nossa história como sendo nossa, sendo incapaz de distinguir o eu que narra do eu que é narrado. O eu narrável, como local da exclusividade, é, por essa razão, não o produto de uma experiência íntima e apartada, ou mesmo o produto de nossa memória. Ele é, ao contrário, como ela demonstra, o sentido familiar a cada eu na extensão temporal de uma história de vida que é essa e não qualquer outra. Mais ainda, “o início do eu narrável e o início de sua história é sempre uma narrativa contada pelos outros” (CAVARERO, 2000, p. 39). O “Eu” que pergunta “quem eu sou?” é um autorreflexo e uma consciência que apenas pode emergir no seio das interações com a sociedade,

onde tomamos um ponto de vista imparcial sobre nós mesmos baseados no reconhecimento de que somos vistos e julgados pelos outros.

Há-se que perceber que o desejo pela unidade que o eu narrável manifesta ocasionalmente traduz esse desejo como a convicção de que há um momento na qual o destino de alguém, ou mesmo uma história inteira, pode ser resumida. Isso ilustra como um simples ato pode resumir uma história de vida completa. Nenhuma identidade pode adquirir melhor unidade que aquela que condensa a si própria na narrativa de um simples ato heróico. Então, uma autobiografia não responde propriamente à questão “quem sou eu?”. Ao contrário, “é a história biográfica de minha história, contada por outra pessoa, que responde a essa questão”, salienta Cavarero (2000, p. 45). A exclusividade de cada um, manifestada em seu nome e em sua história de vida, corresponde à forma extrema do particular - ou melhor, ao “único” absoluto; ou, melhor ainda, a uma forma de particularidade que é livre de qualquer universalidade que tenta resgatar ou apagar o milagre da finitude.

### **Uma sociologia da voz**

Com essas ideias em mente, o professor Nick Couldry (2010) cunhou o conceito de “voz” para discutir a capacidade que todo ser humano possui de criar narrativas-de-si e do mundo e, mais que isso, criticar a atitude da mídia que, via de regra, embora reconheça o “direito à voz” não lhe outorga nenhuma valorização. É nesse conceito que estamos interessados como categoria para a análise de histórias de vida que aparecem na mídia e como essas narrativas são construídas e valorizadas (LIMA, 2012; 2013).

Sendo “voz” a capacidade de se criar e ser reconhecido por criar narrativas-de-si e sobre a vida, alguns princípios mais gerais devem ser estabelecidos:

a) A voz é socialmente enraizada. Voz não é a prática de indivíduos isolados, pois, a voz depende de algumas condições apriorísticas, sobretudo do arquivo social compartilhado na vida cotidiana, e de recursos sociais específicos (incluídos mas não limitados à linguagem) que permitem e sustentam práticas narrativas. Ter uma voz requer

alguns recursos: tanto práticos (a linguagem) quanto um estatuto (que parece puramente simbólico) necessário para alguém ser reconhecido pelos outros como ‘tendo uma voz’. Uma abordagem não-social da voz (ou puramente individual) pode perder uma dimensão vital. Adriana Cavarero (2000, p. 41) é eloquente nesse aspecto quando fala em “uma identidade que, do início ao fim, está interpenetrada por outras vidas – com exposição recíproca e olhares inumeráveis – e que necessita das narrativas alheias”.

b) Voz é uma forma de agenciamento reflexivo. O ato da voz envolve assumir a responsabilidade pelas narrativas que conta, assim como nossas ações de maneira geral pois, como Hannah Arendt (2008, p. 193) argumenta, “revela-nos como sujeitos”. Portanto, a voz é sempre mais ampla que ‘discurso’ e mantém uma conexão com o campo mais amplo de nossas ações. Assumir a responsabilidade sobre uma narrativa envolve narrar uma história adicional – de alguém que efetivamente disse alguma coisa; a voz necessariamente nos embala em um processo contínuo de reflexão, permutando e entrelaçando narrativas passadas com experiências do presente, e entre os outros e nós próprios. Esse processo não é acidental, mas necessário: os seres humanos têm o desejo da narrativa, como apontou Cavarero (2000, p. 8), um desejo de dar algum sentido à vida.

c) Voz é um processo adquirido. A voz de cada um de nós, nossa história de reflexão e auto-interpretação, é parte de uma ‘memória coletiva’: isso porque ela é o resultado da relação entre nossa voz e nossa ação. Daí se segue que a voz é irredutivelmente plural. Por isso, a voz é o processo de articulação do mundo do ponto de vista de uma posição adquirida que é distinta de qualquer outra. Isso implica que um processo efetivo de voz sempre significa mais que apenas ser capaz de falar. A pluralidade interna inerente a cada voz engloba o processo onde nos refletimos de uma corrente narrativa a outra, e pensamos a respeito de o que um setor de nossa vida tem a ver com outro setor dessa mesma vida. Isso é particularmente interessante nas sociedades contemporâneas, onde estamos todos envolvidos em múltiplos conjuntos de narrativas (família, trabalho, lazer, exibição pública etc.).

d) Voz requer uma forma material que pode ser individual, coletiva ou distribuída.

A voz não emerge subitamente de cada um de nós sem algum suporte. A forma material da voz não precisa estar exclusivamente sob o controle de um indivíduo; frequentemente eu me vejo refletido em uma voz produzida coletivamente. Algumas vezes podemos nos reconhecer em produções onde as contribuições individuais e coletivas não podem ser facilmente separadas de um fluxo mais amplo. Esse tipo de voz não é individual ou coletiva, mas “distribuída”.

## **Momento 2: proposta metodológica**

O linguista francês Patrick Charaudeau, ao avançar as propostas de análise do texto, em voga na França à época, propôs, em *Langage et Discours* (1983), obra que inaugura sua Teoria Semiolinguística, que ao invés de perguntarmos “quem fala o texto?”, dever-se-ia indagar “quem o texto faz falar?”. Assim, mais do que no sentido das palavras, que é dicionarizado, fora do contexto, deve-se estar interessado no significado (ou significação) do texto, que só pode ser extraído enquanto discurso, observando a situação em que foi utilizado, a situação de comunicação, de onde emergem suas possibilidades interpretativas. Isso porque, para ele, o discurso é, ao mesmo tempo, o mecanismo pelo qual o homem percebe o mundo e a maneira como permite ser por ele conhecido. É por este motivo que, sublinhando a importância do discurso, Charaudeau (2010, p. 20) afirma que “o mundo não é dado a princípio, ele se faz através da estratégia humana de significação”.

Entretanto, seguindo as considerações da filósofa italiana Adriana Cavarero (2000), onde ela dissecou a produção de narrativas-de-si mostrando a dependência daquele que narra sua própria vida em um “você” a quem ele se vira para se tornar um ser narrável, queremos saber não “quem o texto faz falar”, mas “quem é esse quem que o texto faz falar?”. Isso porque, e aqui seguimos as observações de Cavarero, Charaudeau, em sua pergunta, e na proposta metodológica que ele apresenta para respondê-la, acaba universalizando esse “quem”, de modo que ele não mostra quem é esse sujeito que o texto faz falar, pelo discurso, mas “o quê” é esse sujeito. Tanto assim, que esse linguista, ao discutir sobre os sujeitos da linguagem, atribui a eles um papel social que eles devem ocupar em

dada situação de comunicação, vendo-os mais como uma abstração que possui lugar variável dentro de cada ato de linguagem e menos como um ser único, com uma biografia anterior que, inclusive, pode condicionar essa posição que ele virá a ocupar enquanto ser de linguagem

Para Cavarero (2000), a Filosofia tem a forma de um conhecimento definidor que enfatiza a universalidade do Homem, enquanto a narrativa tem a forma de um conhecimento biográfico que enfatiza a identidade única de alguém; voltaremos a isso mais adiante. Para entendermos completamente a identidade humana, então, o humanismo científico precisa mostrar como a investigação da vida de indivíduos particulares deve sempre ser tomada nos contextos de relações sociais, pois, de outra maneira, os indivíduos tornam-se abstrações das verdadeiras condições históricas concretas nas quais suas vidas estão colocadas. Como defende Burkitt (2008), não somos apenas uma ilusão da cultura, mas seres materiais engendrados em relações de produção e reprodução, cujos corpos são transformados ao serem habilitados e desabilitados nas organizações temporais das atividades que fazem nossa biografia.

Então, a análise proposta por Charaudeau satisfaz-se em mostrar uma posição que um sujeito determinado, em uma situação determinada de comunicação, ocupa no discurso que ele engendra, independentemente da história de vida desse sujeito, de uma identidade que lhe é única. Não se trata, entretanto, de defender uma essencialidade, uma identidade transcendental, a esse sujeito, mas reconhecer que “sempre e em qualquer circunstância, percebemos nós mesmos e os outros como seres únicos cuja identidade é narrável em uma história de vida” (CAVARERO, 2000, p. 33). Entretanto, embora fazendo esse adendo à proposta de análise discursiva de Charaudeau, iremos aproveitar, em nossa própria proposta, muito de suas contribuições metodológicas, aliadas a ideias de Adriana Cavarero, e do pesquisador de mídia Nick Couldry, a fim de tentarmos desvelar o “quem eu sou”, e não “o quê eu sou”, em uma voz que, apesar de única, também é social.

De Charaudeau, interessa-nos, especialmente, sua “teoria dos sujeitos da

linguagem” e sua proposta de “contrato de comunicação”. O modelo de análise do discurso proposto por Patrick Charaudeau possibilita uma articulação entre os planos situacional e linguístico, por meio da integração entre o macro e micros social. Trata-se de um método capaz de destacar a importância das interações sociais, sem negar a intencionalidade dos sujeitos envolvidos nos atos de linguagem.

Que o homem seja um ser de linguagem parece ser um ponto pacífico, uma vez que o próprio Charaudeau (2010) define linguagem como uma espécie de poder que o ser humano possui e que lhe dá as condições necessárias para desenvolver o pensamento e a ação, permitindo a vida em sociedade. Desse modo, em sua complexidade, o fenômeno da linguagem requer competências tanto daquele que faz uso dela quanto de quem se propõe a analisá-la. Por meio da competência situacional, pode-se sublinhar a situação em que ela ocorreu, sua finalidade e as identidades dos sujeitos nela envolvidos. Por meio da competência semiolinguística organiza-se a encenação do ato de linguagem, com o auxílio das categorias que a língua oferece. Por sua vez, a competência semântica seria a capacidade de construir sentido, “recorrendo aos saberes de conhecimento e de crença que circulam na sociedade, levando em conta os dados da situação de comunicação e os mecanismos de encenação do discurso” (CHARAUDEAU, 2010, p. 7), revelando não apenas o sentido, mas o vínculo social que os atos de linguagem possuem. Interessa-nos, então, pensar o homem por meio de sua competência discursiva, pensá-lo como um “ser de/do discurso”.

De acordo com Charaudeau (2010), durante o ato de linguagem, está implícito para os sujeitos um contrato de comunicação, formado por questões relacionadas ao plano situacional e linguístico. O primeiro dá conta da identidade dos parceiros, intencionalidade, objetivos, temas a serem falados, enquanto o segundo está relacionado à comunicação, ao discurso, ao como dizer, de que maneira, por meio de quais estratégias. A priori é importante considerar que o ato de linguagem ocorre entre um sujeito produtor (EU) e um sujeito interlocutor (TU), em que a função do TU vai além de receber informações. É um sujeito que, com base nas circunstâncias de discurso, constrói uma interpretação, ou

seja, tenta identificar as intenções do EU. Trata-se de um ato que ocorre por meio de dois processos: produção e interpretação, através de quatro sujeitos.

O ato de fala, assim, ocorre em dois espaços: interno e externo. É no espaço interno que encontramos o Sujeito Enunciador (EUE) e o Sujeito Destinatário (TUD), seres de fala, cujo saber está relacionado às representações linguageiras das práticas sociais. Por sua vez, o Sujeito Comunicante (EUC) e o Sujeito Interpretante (TUI) encontram-se no espaço externo e são considerados seres agentes, já que possuem um saber vinculado ao conhecimento da organização do que se tem por real. Os parceiros no ato de linguagem, a saber, o Sujeito Comunicante (EUC) e o Sujeito Interpretante (TUI), externos ao ato, mas nele inscritos, são seres sociais e psicológicos. Os traços identitários que os definem, dependem do ato de comunicação considerado. Por sua vez, os protagonistas da enunciação, Sujeito Enunciador (EUE) e Sujeito Destinatário (TUD), estão localizados no interior do ato de linguagem, são seres de fala, definidos por papéis linguageiros.

Mas, nesse quadro, como dissemos, Charaudeau acaba por aglutinar vários sujeitos empíricos, com uma história de vida única e exclusiva, em um “papel social” ocupado pelo sujeito falante, em dada situação de comunicação. Por isso, iremos preferir uma “tropicalização” da semiolinguística, como propõem Ida Lucia Machado e Emília Mendes (2011), desdobrando esse sujeito comunicante.

De Couldry, além das características da Voz, que devem ser levadas em consideração na definição do “quem é o quem que o texto faz falar”, é preciso, ainda, atentar para algumas condições gerais para a voz, especialmente os recursos narrativos e as estratégias narrativas.

### **Recursos narrativos**

Há a questão da opacidade social. Um número de escritores tem argumentado que o mundo social se tornou cada vez mais opaco e, como resultado, as narrativas mais antigas que explicavam a dinâmica do mundo social não são mais plausíveis, gerando impactos sobre os tipos de história que os indivíduos e grupos podem contar sobre o seu

papel e lugar no mundo social.

O aumento da opacidade da “sociedade” coloca um prêmio sobre narrativas que explicam acontecimentos sociais de maneiras não sociais, por exemplo, em termos das falhas ou iniciativas dos indivíduos. Histórias de angústias ou triunfos individuais podem, paradoxalmente, ser incentivadas como resultado de um amplo colapso da narrativa explicativa. Então, a questão não é de opacidade da justiça social, mas a perda de narrativas muito específicas que tornam significativos tipos específicos de agência. Hoje, no contexto de uma sociologia da voz, podemos expressar essa questão em termos de um conflito entre as narrativas amplamente disponíveis na mídia, especialmente as de alta legitimidade, e a impossibilidade de encaixá-las com as reais condições de vida, o que leva a uma ruptura ao nível tanto da ação quanto da narrativa.

### **Estratégias narrativas**

Procuramos mudanças 'no terreno', por assim dizer, no padrão e na organização das práticas de voz das pessoas. É verdade, por exemplo, como Zygmunt Bauman argumenta, que “as histórias que contamos, hoje em dia, estão dispostas para serem ouvidas raramente e quase nunca ultrapassam o estreito recinto meticulosamente cercado do privado e do ‘eu’ subjetivo”. O fato é que as histórias que não vão além do eu privado podem fazê-lo de determinadas maneiras, por exemplo, através da importância dada aos relatos das celebridades ou narrativas coletivas em uma esfera distante de condições mais individuais da vida, e não outros? Talvez um diagnóstico geral deste tipo seja impossível, e só podemos fazer progressos, olhando para locais e práticas específicas: em que as narrativas são possíveis ou necessárias? Quais conexões para outros lugares e práticas tais narrativas fazem? Quais conexões não são feitas? Que narrativas sobre recursos e ação se tornam prioridade nessas circunstâncias e quais narrativas tornam-se difíceis? Como dar valor ao que as pessoas falam sobre o que eles fazem e procuram e como essas narrativas são alteradas sob essas circunstâncias? Que narrativas anteriores estão bloqueadas e quais consequências para a coerência para o valor que as pessoas têm de si mesmas como agentes dignos de reconhecimento emocional, cognitivo e social? Isso leva-nos para a

questão de quais grandes narrativas coletivas estão disponíveis para articularem uma mudança social e, até mesmo, uma mudança política mais ampla em determinados momentos.

Crucial para o nosso entendimento desse processo são os quadros maiores, que contextualizam as práticas narrativas detalhadas. Algumas tentativas, em parte, tentam promulgar novas narrativas e modelos de mudança social, o que Juris chama de ‘utopias informacionais’. Há importantes novas possibilidades para a voz que devem ser rastreadas para muitas circunstâncias da vida cotidiana. Aqui chegamos a uma questão difícil para abordagens sociológicas da voz: a organização da narrativa e ação no espaço e no tempo. Assim como a memória coletiva precisa de uma forma material, se quiser sobreviver, ou seja, uma organização particular de tempo e espaço em que os atos de lembrar podem ser realizados, também será assim com a narrativa e a voz em geral. A voz como prática é encarnada e seu contexto é, muitas vezes, embora nem sempre, a presença de outros corpos: uma ocasião para falar ou lembrar, uma oportunidade de trocar histórias, um ato comum de interpretação.

Eis, então, alguns desafios a que nossa pesquisa nos empurra. Espero que essa centelha se espalhe e possamos, não apenas valorizar e analisar a Voz, mas, como jornalistas e pesquisadores preocupados com os cidadãos, com a qualidade da vida pública e, principalmente, com a qualidade do Jornalismo, dar crédito a essas narrativas de vida subalternas, excluídas do debate público.

## LIFE NARRATIVE AND JOURNALISM

**Abstract:** In an exploding world of intimacy and multiplicity of subjectivities, “the representation of the self in media life” becomes an imperative. In this sense, being able to create life narratives and the world becomes a matter of survival in an increasingly cruel and impersonal world, incredible as it may seem. So in this article, we will develop the concept of voice, at first, for, then, try to think methodological ways of dealing with the concept and its materialization in the journalistic discourse.

**Keywords:** Discourse; Semiolinguistics; Identity; Voice.

## Referências

- ARENDRT, H. *A condição humana*. (10.ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BURKITT, Ian. *Social selves*. Theories of self and society. London: Sage, 2008.
- BUTLER, J. *Giving an account on oneself*. New York: Fordham University Press, 2005.
- CAVARERO, Adriana. *Relating narratives: storytelling and selfhood*. London: Routledge, 2000.
- CAVARERO, A. *For More than One Voice*. Toward a Philosophy of Vocal Expression. London: Stanford University Press, 2005.
- CHARAUDEAU P. *Langage et Discours*. Eléments de sémiolinguistique. Paris: Hachette, 1983.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2ed – São Paulo: Contexto, 2010
- COULDRY, N. *Why voice matters*. London: Sage, 2010.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOTTSCHALL, Jonathan. *The storytelling animal: how stories makes us human*. Boston, New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2012.
- LIMA, E. P. *Biografias & Biógrafos: Jornalismo Sobre Personagens*. São Paulo: Summus, 2002.
- LIMA, M. A. A. Do 'direito à voz' à 'voz como valor': cultura e política no neoliberalismo. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 35, n. 1 (2012), p.335-37.
- MACHADO, I. L.; MENDES, E. *A análise semiolinguística: seu percurso e sua efetiva tropicalização*. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*. Bogotá: ALED, v. 13, n. 2, 2013.

Recebido em 09/01/2015.  
Aprovado em 14/04/2015.